

**A. I. N°** - 281317.0009/17-7  
**AUTUADO** - E S B TELEFONES LTDA  
**AUTUANTES** - JONEY CESAR LORDELLO DA SILVA  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

##### **ACÓRDÃO JJF N° 0118-04/19**

**EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA TOTAL. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIAS ADQUIRIDAS DE FORA DO ESTADO. RECOLHIMENTO A MENOS. Considerações de defesa elidem a autuação. Infração insubsistente. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. MULTA. FALTA DE RECOLHIMENTO NA ENTRADA. SAÍDA POSTERIOR TRIBUTADA NORMALMENTE. Comprovada a tributação regular nas operações subsequentes, torna-se exigível a aplicação da multa de 60% do imposto não antecipado, nos termos do art. 42, II, “d” da Lei 7.014/96. Considerações de defesa elidem em parte a autuação. Refeitos os cálculos. Infração subsiste parcialmente. 3. DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA NÃO SUJEITA À TRIBUTAÇÃO. Considerações de defesa elidem a autuação. Infração insubsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.**

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/09/2017, constitui crédito tributário no valor de R\$34.190,05, conforme demonstrativos/documentos acostados às fls. 07 a 27 dos autos, em razão da constatação das seguintes irregularidades:

**INFRAÇÃO 1 – 07.01.02:** Efetuou o recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação e/ou exterior nos meses de agosto e dezembro de 2016 e março de 2017, conforme demonstrativo de fls. 8 à 15 dos autos. Lançado imposto (ICMS) no valor de R\$29.123,22, com enquadramento no art. 8º, inciso II e §3º; art. 23 da Lei nº 7.014/96, c/c art. 289, do RICMS/BA, publicado pelo Decreto nº 13.780/12, mais multa de 60% tipificada no art. 42, inc. II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

**INFRAÇÃO 2 – 07.15.05:** Multa percentual sobre a parcela do imposto (ICMS) que deveria ter sido pago por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente nos meses de junho, agosto, setembro, outubro e dezembro de 2016; e fevereiro e março de 2017, conforme demonstrativo de fls. 16 à 24 dos autos. Lançado multa no valor de R\$4.946,86, decorrente da aplicação do percentual de 60% do imposto não antecipado, com enquadramento art. 12-A, da Lei nº 7.014/96, tipificada no art. 42, inc. II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

**INFRAÇÃO 03 – 16.01.02** Deu entrada no estabelecimento de mercadoria(s) não tributável (s) sem o devido registro na escrita fiscal nos meses de agosto, dezembro de 2016; e fevereiro e março de 2017, conforme demonstrativos acostados às fls. 25 a 27 dos autos. Lançada Multa no valor de R\$119,97, decorrente da aplicação de 1% do valor comercial das mercadorias não escrituradas, com enquadramento nos artigos 217 e 247 do RICMS/BA, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012,

tipificada no art. 42, inc. XI, da Lei nº 7.014/96.

O sujeito passivo, às fls. 33/42 dos autos, apresenta defesa administrativa, na qual impugna o Auto de Infração em tela, conforme a seguir passo a expor:

- **INFRAÇÃO 1 – 07.01.02:**

Diz que que, para estabelecer a verdade, nos termos descritos na Infração 01, ocorrido no mês da data de ocorrência 31/08/2016, no valor de R\$640,31, correspondentes aos DANFES descritos em seu demonstrativos analítico/resumo, com exceção da notas fiscal de nºs 25.684, a qual a Impugnante só veio a tomar conhecimento através deste auto de infração, que buscou informações junto ao fornecedor o motivo da emissão das citadas notas fiscais, e teve por resposta que a mesma foi emitida erroneamente e cancelada por devolução, através das nota fiscal de entrada de emissão própria de números 364 (anexa), com a alegação que não houve o transito dessas mercadorias.

Quanto as demais notas fiscais, informa que o imposto está recolhido conforme DAES que diz anexar na forma do demonstrativo abaixo:

Nº DANFES	DAES PAGOS
735410; 29738; 29739; 2905	4.707,36
470736 725639; 726895; 726940; 726945; 726972	3.709,14
729568; 729590; 7/2606; 729621, 729727, 729989; 730499, 731787; 15.722 27 732652; 732661, 752668; 733297, 734194, 735327, 735404	15.722,27
<b>TOTAL RECOLHIDO</b>	<b>24.138,77</b>
<b>DANFES – MERCADORIAS NÃO ENTREGUES/CANCELADAS P/EMITENTE</b>	<b>VALOR</b>
25684/364	1.275,27
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>25.414,04</b>

Destaca que o valor do imposto no Resumo do Demonstrativo de substituição tributária (autuante) é de R\$24.779,08, desse montante a autuada através dos DAES acima pagou RG 24.138,77 + o DANFE da mercadoria não recebida e cancelada pelo fornecedor no valor de R\$1.275,27, que soma o total de R\$29.385,40, ou seja, maior do que o valor reclamado (cobrado) pelo autuante, fato esse deve-se ao MVA de 15,57% aplicado pelo autuante a menor, quando o correto é de 16,98%, Portanto é improcedente a cobrança de recolhimento a menor do ICMS nessa ocorrência do 08/2016.

Quanto a ocorrência datada de 31/10/2016 dessa mesma infração, diz que a cobrança a menor no valor de R\$ 652,65 também é improcedente, pois o ICMS cobrado das as notas fiscais relacionadas pelo autuante em seu Demonstrativo Analítico de Substituição por Antecipação o Imposto (ICMS) está pago conforme DAES anexos, abaixo relacionados, com exceção do DANFE 7610771 e cancelada pelo DANFE 249395 pelo mesmo motivo explicado anteriormente, ou seja, não houve o transito das mercadorias, e também pela aplicação do MVA aplicado de 15,57% aplicado pelo autuante quando o correto é de 16,98%, diante dessas exclusões o valor pago é maior do que o reclamado de R\$15.046,91

Diante dos fatos aduz que também é improcedente a cobrança dessa diferença ora reclamada pelo autuante, conforme abaixo:

Nº DANFES	DAES PAGOS
751253; 751262; 751274; 751278; 751391; 754731; 754792; 749205 756656; 756562; 756657; 756665; 756667; 756673; 757588; 757987	6.870,83
756656; 756562; 756657; 756665; 756667; 756673; 757588; 757987	7.523,43
<b>TOTAL PAGO</b>	<b>14.394,26</b>
<b>DANFES – MERCADORIAS NÃO ENTREGUES/CANCELADAS P/EMITENTE</b>	<b>VALOR</b>
761071/ 249395	924,01
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15.318,27</b>

Quanto a ocorrência datada de 31/12/2016 dessa mesma infração, o valor do imposto devido no valor de R\$ 4.494,32 também não procede, pois, todas as notas fiscais relacionadas pelo autuante em seu Demonstrativo Analítico de Substituição Antecipação do Imposto (ICMS) está pago conforme DAES abaixo:

Nº DANFES	DAES PAGOS
777119; 777124; 777126; 777135; 777138; 777155; 777157; 777185; 777160; 777163; 777167; 777169; 777178; 777180; 777193	9.828,73
777200; 777206; 778927; 779350; 779470; 780625; 780628; 780633; 780640; 780650; 780656; 782382; 782517; 782524; 782528	16.049,66
782617; 783834; 784587; 53303; 54490	5.935,49
773820; 774800; 773816; 774790; 773828; 774792; 773824	5.512,63
<b>TOTAL PAGO</b>	<b>37.326,61</b>

Diz que o valor devido do Imposto conforme Demonstrativo Substituição Tributária (autuante) é de R\$ 36.308,20 e o valor pago pela autuante é de R\$ 37,326,61, maior do que o valor reclamado, por dois motivos o primeiro que as notas fiscais de nºs: 773816; 773820; 773824; 773825; 774790; 774792; 774800 foram emitidas em 11/2016 e pagas no mês seguinte em dezembro/2016, e registradas na escrita fiscal no mês 12/2016 na entrada no estabelecimento, o segundo motivo é que foi aplicado o MVA de 15,57% quando o correto é de 16,98%.

Ajustados esses valores, consigna que não há diferença a cobrar nessa ocorrência, o que torna improcedente a sua cobrança a menor no valor de R\$4.494,32 (quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais, trinta e dois centavos).

Quanto a ocorrência datada de 31/03/2017 dessa mesma infração, diz que o valor do imposto devido de R\$45.166,59 também é improcedente, pois, todas as notas fiscais relacionadas pelo autuante em seu Demonstrativo Analítico de Substituição — Antecipação do Imposto (ICMS) está pago conforme DAES abaixo relacionados:

Nº DANFES	DAES PAGOS
817330; 817335; 817455; 817456; 817648; 819414; 820114; 820178; 820180; 820222	8.798,20
809451; 813263; 813267; 813282; 813353; 813389; 813390; 813875; 812503; 813911; 813922; 813923; 814325; 814327; 814333	10.100,69
821862; 821869; 823517; 823664; 836676	2.931,56
805261; 805827; 805384; 807738; 807740; 807742; 807743; 807757; 807774; 807775; 807782; 807892; 808002; 68494	12.567,85
798925; 798933; 799397; 799663; 799669; 801858; 802564; 802610; 804077; 804080; 804086; 804094; 804095; 804168	12.056,07
<b>TOTAL PAGO</b>	<b>46.454,37</b>

Registra que o valor devido do Imposto conforme Demonstrativo Substituição Tributária (autuante) é de R\$45.166,39 e o valor pago pela autuante é de R\$ 46.454,37, maior do que o valor reclamado, por dois motivos à primeiro que as notas fiscais de nºs: 708925; 708933; 799397, 799663, 799669; 801858; 802564; 802610; 804077, 804080; 804086; 804094; 804095; S0D4168; 805261; 5805827; B05834, 807738; 807740, a007742; 807743; 807757, 807774; 807775; 807782; 807892; 808002, 68454 foram emitidas no mês de 02/2017 e pagas dentro mês da sua emissão, ou seja 02/2017 e escrituradas no mês da entrada no estabelecimento, ou seja, 03/2017 conforme consta no relatório do autuante, que não verificou o pagamento dentro do mês da sua emissão conforme determina a legislação em vigor; outro fato que deve ser considerado é que no relatório do autuante foi aplicado o MVA de 15,57% quando o correto é de 16,98%.

Ajustados esses valores, diz que não há diferença a cobrar nessa ocorrência, o que torna improcedente a sua cobrança a menor no valor de R\$23.335,94 (vinte e três mil, trezentos e trinta e cinco reais, noventa e quatro centavos).

- **INFRAÇÃO 2 – 07.15.05:**

Na data de ocorrência de 30/08/2016 da infração 02, diz que a aplicação da multa de 60% sobre o imposto devido de R\$843,85 do [Demonstrativo Antecipação parcial do ICMS - Resumo de debito), diz que parte refere-se ao pagamento do DAE (ANEXO) no valor de R\$ 103,70 referente as NFs. 23436; 23441, o restante refere-se as notas fiscais de n°s; 729625 e 724685 referente a compra de TABLETES cuja alíquota interna é de 12% e não de 18% aplicada pelo autuante, e como essas mercadorias foram adquiridas no Estado do Amazonas cuja alíquota externa é de 12% não há diferença a recolher.

Portanto, registra que se pode concluir que não existe diferença a recolher de Imposto pago a menor e consequentemente deixa de existir base de cálculo para a aplicação da multa, o que a torna improcedente a cobrança de R\$5.444,09 (quatrocentos e quarenta e quatro reais, nove centavos).

Na data de ocorrência de 30/09/2016 da infração 02, diz que a aplicação da multa de 60% sobre o imposto devido de R\$3.377,08 do (Demonstrativo Antecipação parcial do ICMS .. - Resumo de debito), parte refere-se ao pagamento do DAE (ANEXO) no valor de R\$2.451,81 referente a NF. 30743, o restante refere-se as notas fiscais de n°s: 736793 e 745199 referente a compra de TABLETES cuja alíquota interna é de 12% e não de 18% aplicada pelo autuante, e como essas mercadorias foram adquiridas no Estado do Amazonas cuja alíquota externa é de 12% não ha diferença a recolher.

Portanto, destaca que se pode concluir que não existe diferença recolher de Imposto pago a menor e consequentemente deixa de existir base de calculo para a aplicação da multa, o que a torna improcedente a cobrança de R\$555,16 (quinhentos e cinquenta e cinco reais, dezesseis centavos).

Na data de ocorrência de 30/10/2016 da infração 02, diz que a aplicação da multa de 60% sobre o imposto devido de R\$1.908,54 (Demonstrativo Antecipação parcial do ICMS — Resumo de debito), parte refere-se ao pagamento do DAE (ANEXO) no valor de R\$ 1.408,87 referente as notas fiscais 40465; 40007; 40013 e 40023, o restante refere-se a nota fiscal de n°: 754746 referente a compra de TABLETES cuja alíquota interna & de 12% e não de 18% aplicada pelo autuante, e como essas mercadorias foram adquiridas no Estado do Amazonas cuja alíquota externa é de 12% não há diferença a recolher.

Portanto, observa que se pode concluir que não existe diferença recolher de Imposto pago a menor é consequentemente deixa de existir base de cálculo para a aplicação da multa, o que a torna improcedente a cobrança de R\$ 299,80 (duzentos e noventa e nove reais, oitenta centavos).

Na data de ocorrência de 30/11/2016 da infração 02, diz que a aplicação da multa de 60% sobre o imposto devido de R\$5.409,55 (Demonstrativo Antecipação parcial do ICMS ... - Resumo de debito), parte refere-se ao pagamento do DAE (ANEXO) no valor de R\$ 5.040,07 referente as notas fiscais 46618; 46626; 48823; 45186; 45640, O restante refere-se a nota fiscal de n°: 758719 referente a compra de TABLETES cuja alíquota interna é de 12% e não de 18% aplicada pelo autuante, e sendo essas mercadorias adquiridas no Estado do Amazonas cuja alíquota externa é de 12% não há diferença a recolher.

Portanto, aduz que se pode concluir que não existe diferença a recolher de Imposto pago a menor e consequentemente deixa de existir base de cálculo para a aplicação da multa, o que a torna improcedente a cobrança de R\$221,93 (duzentos e vinte e um reais, noventa e três centavos).

Na data de ocorrência de 30/12/2016 da infração 02, diz que a aplicação da multa de 60% sobre o imposto devido de R\$2.222,69 (Demonstrativo Antecipação parcial do ICMS — Resumo de debito), parte refere-se ao pagamento do DAE (ANEXO) no valor de R\$ 1.445,53 referente a nota fiscal 56097, o restante refere-se a nota fiscal de n°: 782526; 782534 referente a compra de TABLETES cuja alíquota interna é de 12% e não de 18% aplicada pelo autuante, e sendo essas mercadorias adquiridas no Estado do Amazonas cuja alíquota externa é de 12% não há diferença a recolher.

Portanto, destaca que se pode concluir que não existe diferença a recolher de Imposto pago a menor e consequentemente deixa de existir base de cálculo para a aplicação da multa, o que a torna improcedente a cobrança de R\$465,30 (quatrocentos e sessenta e seis reais, trinta centavos).

Na data de ocorrência de 28/02/2017 da infração 02, diz que a aplicação da multa de 60% sobre o imposto devido de R\$8,752,80 (Demonstrativo Antecipação parcial do ICMS — Resumo de debito), parte refere-se ao pagamento de 2 (dois) DAES (ANEXOS) um no valor de R\$3.820,17 correspondente as notas fiscais de n°s: 797865; 797878; 797923; 64768; 65218 referente as aquisições dentro do mês 02/2017, e outro no valor de R\$3.156,72 referente as aquisições datadas de 01/2017 e recolhido o imposto no próprio mês da emissão e escrituradas no mês 02/2017 data da entrada no estabelecimento referente as notas fiscais 63370; 63712, que totaliza o recolhimento do imposto (R\$ 3.820,17 + 3.156,72) R\$ 6.976,89, o restante refere-se as notas fiscais de n°s: 703544; 793546; 703565, 793571; 7949353 correspondente a compra de TABLETES cuja alíquota interna é de 12% e não de 18% aplicada pelo autuante, e sendo essas mercadorias adquiridas no Estado do Amazonas cuja alíquota externa é de 12% não ha diferença a recolher.

Portanto, registra que se pode concluir que não existe diferença a recolher de Imposto pago a menor e consequentemente deixa de existir base de calculo para a aplicação da multa, o que a torna improcedente a cobrança de R\$2.071,62 (dois mil, setenta e um reais, sessenta e dois centavos).

Por fim, na data de ocorrência de 31/03/2017 da infração 02, diz que a aplicação da multa de 60% sobre o imposto devido de R\$ 5.480,51 (Demonstrativo Antecipação parcial do ICMS ... — Resumo de debito), parte refere-se ao pagamento de 2 (dois) DAES (ANEXOS) um no valor de R\$ 4.000,58 correspondente as notas fiscais de n°s: 809141; 70892; 70358, 71711 referente as aquisições dentro do mês 03/2017, e outro no valor de R\$1.479,03 referente as aquisições datadas de 02/2017 e recolhida o imposto no próprio mês da emissão e escrituradas no mês 03/2017 data da entrada no estabelecimento referente as notas fiscais 804081; 8077/70, 807998, que totaliza o recolhimento do imposto (R\$ 4.000,58+ 1.479,93) R\$5.480,51.

Portanto, consigna que se pode concluir que não existe diferença a recolher de Imposto pago a menor e consequentemente deixa de existir base de cálculo para a aplicação da multa, o que a torna improcedente a cobrança de R\$587,96 (oitocentos e oitenta e sete reais, noventa e seis centavos).

- *INFRAÇÃO 03 – 16.01.02*

Em relação a infração 03 diz que o autuante, nesta infração, aplicou a multa de 1% (um por cento) sobre a entrada dê mercadorias no estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal, o que diz não é verdade.

Destaca que, na ocorrência de 31/10/2016 as nota fiscal 761071 foi cancelada pelo fornecedor através da NF: 249395 da sua emissão respectivamente, com a alegação de que a mesma foi emitida indevidamente e cancelada e que não houve o transito das mercadorias, sendo que a autuada só tomou conhecimento através desse auto de infração, diante da declaração do fornecedor de que não houve o transito e citada nota fiscal foi cancelada de imediato, diante dos fatos acima a autuada requer a improcedência da cobrança da multa no valor de R\$119,97 (cento e dezenove reais, noventa e sete centavos).

- *DO PEDIDO*

Após traçar algumas considerações de direito, a autuada requer a improcedência e arquivamento do auto de infração no valor de R\$34.190,05 (trinta e quatro mil, cento e noventa reais, cinco centavos), por ser de inteira Justiça!

O autuante presta a informação fiscal, à fl. 48 dos autos, onde diz que, em face da defesa apresentada pela autuada, revisou o levantamento e constatou que de fato, o valor devido é menor do que o originalmente reclamado, restando a pagar o valor de R\$103,71, relativo a data de

ocorrência de 31/08/2016 da infração 2, conforme novos demonstrativos acostados às fls. 49 a 51 dos autos.

Por tudo isso, diz acolher em parte as razões de defesa da autuada e reconhece a procedência parcial do presente Auto de Infração para exigir R\$103,71, referente a infração 2 com data de ocorrência de 31/08/2016

## VOTO

Versa o presente PAF, sobre lançamento fiscal de crédito tributário, no valor de R\$34.190,05, decorrente de três irregularidades apontadas na inicial dos autos, concernente ao ICMS, sendo todas impugnadas.

A primeira infração tem como acusação o recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação, conforme demonstrativo de fls. 8 à 15 dos autos. Lançado imposto (ICMS) no valor de R\$29.123,22, com enquadramento no art. 8º, inciso II e §3º; art. 23 da Lei nº 7.014/96, c/c art. 289 do RICMS/BA, publicado pelo Decreto nº 13.780/12

Por sua vez, a segunda, diz respeito à multa percentual sobre a parcela do imposto (ICMS), que deveria ter sido pago por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação, adquiridas com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente, conforme demonstrativo de fls. 16 à 24 dos autos. Lançado multa no valor de R\$4.946,86, decorrente da aplicação do percentual de 60% do imposto não antecipado, com enquadramento art. 12-A da Lei nº 7.014/96.

Por fim, a terceira, por ter dado entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, conforme demonstrativos acostados às fls. 25 a 27 dos autos. Lançada multa no valor de R\$119,97, decorrente da aplicação de 1% do valor comercial das mercadorias não escrituradas, com enquadramento nos artigos 217 e 247 do RICMS/BA, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012.

O sujeito passivo, às fls. 33/41 dos autos, apresenta defesa administrativa, na qual impugna todo o Auto de Infração, registrando, com clareza e precisão, cada uma das infrações imputadas, destacando, por data de ocorrência, suas considerações de defesa, que a seguir destaco.

Em relação a infração 1, o sujeito passivo, argui já ter efetuado o pagamento do imposto lançado, relativo ao ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente a algumas das aquisições de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação; como também, argui a autuação, pelo fato de algumas das notas fiscais constantes do demonstrativo de débito da autuação terem sido canceladas pelo fornecedor das mercadorias, na forma da legislação. São os DANFES 25684 e 761071, cancelados pelos DANFES 364 e 249395, respectivamente.

Também traz o destaque de já ter efetuado o recolhimento devido do imposto por substituição de algumas das operações constantes do demonstrativo de débito e a Fiscalização não ter identificado tal situação, dado ao fato do autuante ter usado a MVA de 15,57%, onde o correto é de 16,98%, demonstrando, inclusive, que teria recolhido o valor a maior que o cobrado nos autos, conforme demonstrado no corpo da defesa.

Em relação à infração 2, diz não haver pagamento do ICMS antecipação parcial, quando a mercadoria entra no seu estabelecimento com a mesma alíquota de saída, no caso de “Tabletes”, oriundos do Estado do Amazonas, que entram com a alíquota de 12% e saem com a mesma alíquota de 12% (art.266, inc. XIII, “d” RICMS/BA), isso em relação algumas notas fiscais; ou mesmo por já ter efetuado a antecipação das demais notas fiscais constantes do demonstrativo de débito e destacadas no corpo da defesa às fls. 37, 38, 30 e 40 dos autos, não considerado pela Fiscalização.

Quanto à Infração 3, que tem por natureza a aplicação de multa de 1% sobre a entrada de

mercadorias não registradas, diz que a nota fiscal 761071, objeto da autuação, foi cancelada pelo fornecedor por emissão indevida, através da nota fiscal 249395, anexada aos autos.

O autuante presta a informação fiscal, à fl. 48 dos autos, onde diz que, em face da defesa apresentada pela autuada, revisou o levantamento e constatou que de fato, o valor devido é menor do que o originalmente reclamado, restando a pagar o valor de R\$103,71, relativo à data de ocorrência de 31/08/2016 da infração 2, conforme novos demonstrativos acostados às fls. 49 a 51 dos autos.

Compulsando os novos demonstrativos, vê-se que os valores mantidos da autuação dizem respeito à multa percentual sobre a parcela do imposto (ICMS) que deixou de ser paga por antecipação parcial, referente às aquisições de “*cartão de memória Sandisk*”, oriundos do Estado de São Paulo, através das NF 23436 e 234441, constante da planilha de fl.50, , em que não se observa qualquer consideração de defesa.

Em sendo assim, não vendo nada que desabone os termos da defesa, muito menos a manifestação de erro cometido pela Fiscalização na constituição do lançamento fiscal, objeto do Auto de Infração em tela, voto pela subsistência do valor remanescente da infração 2, no valor de R\$103,72 (fl. 49), para a data de ocorrência de 31/08/2016, tenho como elidido as demais ocorrências do Auto de Infração, ou seja, não só da infração 2, como também da infração 1 e infração 3.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

#### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **281317.0009/17-7**, lavrado contra **E S B TELEFONES LTDA**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento da multa no valor total de **R\$103,72**, prevista no art. 42, II, “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios estabelecidos pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 01 de agosto de 2019

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

JOÃO VICENTE COSTA NETO - RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – JULGADORA